

UM OLHAR SOBRE O DESEMPENHO DE ALGUNS MINISTROS DO REGIME NYUSI

SUSTENTA: De Bandeira de Governação a Embuste que Deixa para Trás um Legado de Gestão Danosa e Criminosa com Dívidas para o Erário Público

- O mandato de Filipe Nyusi como Presidente da República termina oficialmente na próxima quarta-feira, 15 de Janeiro. E o seu governo também cessa. Alguns ministros que fazem parte desse governo já foram exonerados¹, alguns para poderem tomar posse como deputados do próximo Parlamento. Por ocasião do fim de uma era, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) preparou uma série de publicações para os próximos dias sobre o desempenho de alguns ministros do regime Nyusi. Como pontapé de saída, escolhemos o sector da Agricultura e o seu principal projecto: o SUSTENTA - bandeira de governação do regime de Filipe Nyusi.



¹ <https://opais.co.mz/nyusi-exonera-cinco-ministros-eleitos-deputados/>

Criado em 2016 e inicialmente² implementado nas províncias de Nampula e Zambézia, e a partir de meados de 2019 expandido para o resto do país, o Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais (SUSTENTA), que era visto como uma das bandeiras, senão a bandeira de governação de Filipe Nyusi, principalmente neste

que é o segundo e último mandato, está a mostrar que foi um embuste; que a sua criação visava interesses políticos, nomeadamente de consolidação da influência do ministro da Agricultura, Celso Correia, no Governo. Há muito que se deixou de ouvir falar desse projecto. O SUSTENTA deixou de constar das prioridades do executivo, em claro anúncio da sua morte,

tal como sucedeu com outras iniciativas do regime, como o “Fundo de Desenvolvimento Distrital” e “Revolução Verde”. Ninguém mais fala do SUSTENTA, nem o seu criador, o super-ministro Celso Correia. O que resta do programa é um legado de gestão danosa e criminosa com dívidas para o erário público, contraídas junto do Banco Mundial.

Um embuste

Aquando da sua criação, o SUSTENTA vendeu a ilusão de um programa que pretendia a integração dos produtores em cadeias de valor, através de apoios directos no fornecimento e uso de insumos, à mecanização e à introdução de inovações tecnológicas. Também apareceu com o discurso de pretender promover um upgrade técnico das explorações dos PACE (Pequeno Agricultor Comercial Emergente) e, estes, por sua vez, influenciarem e/ou apoiarem os PA (Pequenos Agricultores) nas suas zonas de influência.

Entretanto, o cruzamento de estudos e de informação disponível mostra que o programa não está a cumprir o mandato para o qual foi criado. É partidário (apenas os membros da Frelimo beneficiam³ do programa). A partir de um modelo de gestão altamente centralizado⁴, está mergulhado na corrupção e alimenta redes clientelistas com fins partidários. Resultados de uma avaliação do Observatório do Meio Rural à primeira fase do programa SUSTENTA (2016-2019), divulgados em 27 de Julho, indicam que o programa é implementado de forma centralizada em termos administrativos, é descoordenado inter-sectorialmente aos diferentes níveis territoriais e não é transparente.

Apesar de o programa se propor a promover um upgrade técnico das explorações dos PACE e estes, por sua vez, influenciarem e/ou apoiarem os PA nas suas zonas de influência, o OMR concluiu na sua avaliação o seguinte: “Os pequenos produtores dizem-se secundarizados em relação ao programa”.

A avaliação do OMR concluiu que o programa é altamente centralizado⁵. E uma das evidências que trás para ilustrar a centralização é a assistência dos tractores. No período em análise, os técnicos e o material usado para a reparação dos tractores saíam de Maputo. Isto tem um impacto no tempo de resposta e nos custos operacionais. Segundo o estudo, o programa não cria cadeias de valor, não está suportado por investigação.



² https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/SUSTENTA-deixou-de-constar-das-prioridades-do-Governo-e-deixa-para-tras-um-legado-de-gestao-danosa-e-criminosa-com-dividas-para-o-erario-publico-1.pdf?fbclid=IwY2xjawHwSNxleHRuA2FibQixMAABHUWWZ_JSsjQSG2X14AMDWmZnZnXvNUcZj7NUuTT-mQMoTh-6sDm2JhG3PkQ_aem_dNkZeVZ2-gxNeL7ePhUhqQ

³ <https://evidencias.co.mz/2023/08/01/cerca-de-90-dos-beneficiarios-sao-membros-do-partido-frelimo/>

⁴ https://omrmz.org/destaque_rural/dr-210-sustenta-resumo-insustentavel/

⁵ https://omrmz.org/destaque_rural/dr-210-sustenta-resumo-insustentavel/

No que concerne a questões ambientais, a pesquisa constatou que “poucas acções são difundidas em defesa dos eventos climáticos extremos”. É preciso lembrar que Moçambique é ciclicamente afectado por eventos climáticos. O programa, segundo os pesquisadores, não possui uma concepção

de desenvolvimento rural integrado. Do ponto de vista de políticas públicas, a avaliação mostra que há comparticipação do Estado no investimento aos equipamentos, taxas de juro abaixo dos praticados no mercado e períodos de amortização alargados, isto é, subsídios directos. No fundo é dinheiro per-

dido por parte do Estado, que dificilmente será recuperado. O programa fomenta a emergência de um grupo de produtores cujo processo de selecção obedece em primeiro plano questões partidárias. Segundo o OMR, cerca de 90 por cento dos entrevistados na pesquisa eram membros do partido Frelimo.

Corrupção, legado de gestão danosa e dívidas

Dois relatórios do Tribunal Administrativo (TA) constataram uma gestão danosa⁶ de milhões de dólares no Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), o “saco azul” usado por Celso Correia para consolidar a sua influência no Governo e no Partido Frelimo. Dados de 2017 - quando o FNDS (fonte de financiamento do SUSTENTA) ainda estava no extinto Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural indicam que só o Banco Mundial estava a injectar perto de 200 milhões de dólares nos projectos geridos pela instituição, através de subvenções, fundos fiduciários globais, empréstimos concessionais, pagamentos baseados no desempenho e constituição de um novo Fundo Fiduciário de Doadores Múltiplos e Específico para Moçambique.

O Fundo tinha uma actuação transversal que englobava energia rural, finanças rurais, água rural, estradas rurais, tecnologia rural, conservação, aterros (sanitários e industriais), novas centralidades, ordenamento do território, mudanças climáticas, terras, florestas e ambiente.

O vasto leque de áreas de actuação foi desenhado com o objectivo de impressionar os doadores a financiarem o Fundo, que rapidamente se transformou no “saco azul” usado por Celso Correia para cimentar a sua influência no Governo de Filipe Nyusi e no partido Frelimo. No terreno não há um único projecto implementado e/ou financiado pelo Fundo que possa servir de exemplo de sucesso e boa gestão. A narrativa de sucesso do SUSTENTA não resiste quando confrontada com os dados oficiais sobre a insegurança alimentar em Moçambique. Na Assembleia da República, o deputado da Renamo, Venâncio Mondlane, sempre exigiu a publicação dos relatórios e contas do FNDS, algo que nunca aconteceu.

Afinal, o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural sabia o que estava a acontecer. E parte do que estava a ser escondido dos moçambicanos foi revelado recentemente através da divulgação de dois relatórios de auditoria do TA relativos ao exercício económico de 2021. Um incidiu sobre o Projecto de Áreas de Conservação para Biodiversidade e Desenvolvimento (MOZBIO) e outro



sobre o SUSTENTA.

Os dois relatórios e contas têm em comum o facto de revelarem uma gestão danosa, com requintes de crime organizado. Na parte referente ao SUSTENTA, o TA identificou vários problemas de gestão e de falta de transparência, com destaque para: falta de identificação das matrículas das viaturas beneficiárias de combustível; mecanismo de publicação das chamadas que não abrange todo o público-alvo; encarecimento de despesas e consequente incumprimento do plano do Projecto, motivado pela realização de despesas em meticais, com recurso a uma conta em dólares; inexistência de plano estratégico do Projecto; falta de evidências de aprovação dos projectos financiados; falta de evidências de selecção dos PACE com base nos critérios definidos no manual de operações; falta de evidências que demonstram que os PACE possuem experiência em cadeias de valores; facturas sem a inscrição “pague-se” e sem a chancela do coordenador; cheques emitidos em nome dos colaboradores; processos de despesas com falta de justificativos.

Mas há outros problemas graves constatados pelos auditores do Tribunal Administrativo que efectuaram visitas aos PACE no âmbito da auditoria. Por exemplo, não há acompanhamento dos PACE por técnicos especializados dos serviços distritais; as alfaias agrícolas que receberam não são adequadas para o tipo de áreas de cultivo; os tractores e camionetas que receberam não possuem títulos de propriedade nem livretes, sendo a circulação mantida com recurso a verbetes que na maioria estão fora de prazo; muitos beneficiários não receberam treinamento para manusear os equipamentos recebidos; os PACE receberam sementes deterioradas, fora do prazo e em quantidades incompletas.

Na campanha 2020/2021, os PACE perderam a campanha devido à má qualidade da semente. Mesmo assim, o fornecedor (Casa do Agricultor) não reembolsou as sementes aos PACE, apesar do preço incluir o seguro.

Os auditores não encontraram evidências de que os PACE possuem experiência na área de agricultura, uma das condições exigidas para beneficiar do SUSTENTA. Da análise efec-

⁶ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Tribunal-Administrativo-questiona-transferencias-de-dinheiro-do-FNDS-para-o-BNI-e-Moza-Banco.pdf>

tuada aos processos dos PACE verificou-se que na lista dos beneficiários entregue à equipa de auditoria não foram apresentados os respectivos processos de procurement.

Esta constatação parece confirmar as queixas

de que o financiamento do SUSTENTA beneficiou pessoas ligadas ao Partido Frelimo, sem experiência na agricultura. Muitos PACE não conseguiram apresentar aos auditores do Tribunal Administrativo os pequenos agricultores com

quem trabalham, nem os contratos assinados com os mesmos. O FNDS não faz a monitoria das actividades dos PACE e da rede de vendas após a campanha; não há registo da produção e das vendas realizadas pelos PACE.

Dívidas com os extensionistas

Um grupo de extensionistas ligados ao SUSTENTA esteve a marchar⁷ no dia 10 na cidade de Inhambane a exigir o pagamento dos seus ordenados. A última vez que viram a cor do dinheiro foi em Agosto de 2024. O não pagamento de salários é um problema crónico neste projecto. Em Junho do ano passado, cerca de cinco mil extensionistas⁸ agrários a nível nacional procuraram o CDD para denunciar o não pagamento de salários. Depois de cinco anos do SUSTENTA, os extensionistas agrários sentem-se enganados por Celso Correia e por Filipe Nyusi. Todos os meses, os extensionistas vivem num cenário de incerteza. Não sabem exactamente quando terão salário.

Conclusão

Estamos a poucos dias do fim de mandato. Já há bastante tempo que o SUSTENTA deixou de constar das prioridades do executivo, em claro anúncio da sua morte, tal como sucedeu com outras iniciativas do regime, como são os casos do “Fundo de Desenvolvimento Distrital” e “Revolução Verde”. Ninguém mais fala do SUSTENTA, nem o seu criador, o super-ministro Celso Correia. O que resta do programa é um legado de gestão danosa e criminosa com dívidas para o erário público, contraídas junto do Banco Mundial. O SUSTENTA e outras iniciativas financiadas pelo FNDS foram usados para fins diversos daqueles para os quais foram criados. Através do dinheiro público do MADER e do FNDS, Celso Correia conseguiu exercer grande influência no partido Frelimo, tendo conseguido chegar ao cargo de membro da Comissão Política. Nesse sentido, o CDD apela ao Tribunal Administrativo e à Procuradoria-Geral da República a intervirem profundamente no MADER e no FNDS.



⁷ <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/36881>

⁸ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Cerca-de-cinco-mil-extensionistas-estao-ha-quatro-meses-sem-salarios-e-sentem-se-enganados-por-Celso-Correia-e-Filipe-Nyusi.pdf>




Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

